

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL – PDS E NOVAS
FORMAS DE ASSENTAMENTOS – UMA SISTEMATIZAÇÃO DO CASO DO
ASSENTAMENTO PROFESSOR LUIZ DAVID DE MACEDO – APIAÍ-SÃO
PAULO**

KAWAKAMI, A. Y.¹

RIBAS, C.E.D.C.²

*PROJECT FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT – PSD – NEW FORMS OF
SETTLEMENTS OF AGRARIAN REFORM – A SYSTEMATIZATION OF THE CASE
OF SETTLEMENT PROFESSOR LUIZ DAVID MACEDO – APIAÍ-SÃO PAULO.*

Resumo

Este estudo de caso é breve estudo sobre novos tipos de assentamentos e a sustentabilidade como elemento fundamental em sua constituição. Sua localização é na região do Vale do Ribeira, no município de Apiaí-SP.

Este trabalho teve como objetivo geral contribuir para o processo de sistematização de um novo modelo de assentamento na perspectiva da adoção da Agroecologia como matriz tecnológica e como objetivos específicos: levantar os elementos para constituição do Pré-Assentamento – Prof. Luiz D. Macedo; criar subsídios para Projeto de Desenvolvimento Sustentável-Prof. Luiz Macedo durante sua implantação de tal forma a sugerir balizamentos para novos assentamentos e fazer associação dos objetivos anteriores com o debate em torno da conservação da Mata Atlântica na região do Vale do Ribeira.

E teve como considerações finais que podem-se constituir assentamentos sustentáveis desde que todos os atores envolvidos, poder público federal e estadual, organizações de luta dos trabalhadores e os próprios assentados; se preocupem com questões que são os “gargalos” como: organização dos assentados, as condições básicas

¹ Alex Yoshinori Kawakami, autor, engenheiro agrônomo, estudante de Msc em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC – correio eletrônico: alexmst@gmail.com

² Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas, co-autor, Administrador, Ph.D., Professor associado II do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina – correio eletrônico: ccribas17@hotmail.com

de infraestrutura e a ATES capacitada e direcionada para o desenvolvimento Agroecológico do assentamento.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Agroecologia; Pesquisa Participante; Sustentabilidade e Políticas Públicas.

Abstract

This case study is brief study on new types of settlements and sustainability as a key element in its constitution. Its location is in the Vale do Ribeira, in the municipality of Apiaí-SP.

This study had a general purpose to contribute to the process of systematization of a new model of settlement in perspective for the adoption of agroecology as matrix technology and with specific objectives: to raise the elements for formation of Pre-Settlement - Prof. Luiz D. Macedo, creating subsidies for Sustainable Development Project-Prof. Luiz Macedo during their deployment in such a way that suggests lights for new settlements and make association with the above goals in the debate about the conservation of the Atlantic Forest region in the Vale do Ribeira.

And had the final considerations that you can provide sustainable settlements since all the actors involved, federal and state public power organizations, campaign workers and the settlers themselves, worry about issues that are "bottlenecks" as: organization of settlers , The basic conditions of infrastructure and trained ATES and directed towards the development Agroecology the settlement.

Keywords: *Agrarian Reform, Agroecology, Participant Research, Sustainability and public policies.*

1. Introdução

Em conferência Mundial Sobre Alimentação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO (SILVA,2009), foi estimado que em 2050, haverá um decréscimo de 9 a 21% da produção agrícola dos países em desenvolvimento por causa das mudanças climáticas.

Ainda citando o autor, essa mudança climática ocasionaria a queda de produtividade ou inutilizaria cerca de 110 milhões de hectares, principalmente nas zonas próximas a linha do equador.

Atualmente ainda segundo o mesmo autor, a parcela da ajuda internacional ao desenvolvimento agrícola regrediu de 17% nos anos 80 a menos de 5% atualmente, o que segundo ele ocasionou a explosão de 873 milhões em 2008 para mais de um bilhão de famintos nos últimos dois anos.

Portanto essa sistematização da experiência do PDS Prof. Luiz D. Macedo surge justamente para contribuir na discussão de um projeto popular de produção de alimentos.

Um projeto popular sustentável no campo da agricultura que se propõe principalmente: ao aumento da oferta de alimentos, a produção de alimentos saudáveis para quem os produz e para quem os consome, a convivência harmônica com o meio ambiente de forma a não excluir o homem da natureza e a resistência das comunidades camponesas frente à aceleração das mudanças climáticas globais.

Assim constituir Assentamentos de Reforma Agrária Sustentáveis constitui-se uma agenda fundamental do Poder Público, dos Movimentos Sociais e de todos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

O Pré-Assentamento Prof. Luiz D. Macedo, fica localizado na antiga fazenda Vitória no município de Apiaí –SP, sudoeste do estado de São Paulo no Vale do Ribeira, região muito rica ambientalmente, pois representa 21% dos 8% restantes da Mata Atlântica (MMA,2007). Nas proximidades da fazenda está localizado o PETAR (Parque Estadual do Alto do Ribeira), segunda maior área protegida e preservada de Mata Atlântica do estado.

O Pré-Assentamento possui uma área total de 7.720,3 ha, sendo que destes, cerca de 6.800 ha são de Mata Atlântica. Assim, o Pré-Assentamento Professor Luiz D. Macedo é o terceiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, pois este tipo de assentamento deve utilizar metodologias de produção alternativas às

convencionais, que sejam menos degradante ao meio ambiente, conciliando a produção à preservação da Mata Atlântica.

2. Objetivos

Tendo em vista a problemática apresentada na introdução, esta pesquisa teve como objetivos:

2.1. Objetivo geral:

Contribuir para o processo de sistematização de um novo modelo de assentamento na perspectiva da adoção da agroecologia como matriz tecnológica.

2.2. Objetivos específicos

- Levantar os elementos para constituição do Pré-Assentamento – Prof. Luiz D. Macedo;
- Criar subsídios para Projeto de Desenvolvimento Sustentável-Prof. Luiz Macedo durante sua implantação de tal forma a sugerir balizamentos para novos assentamentos e;
- Fazer associação dos objetivos anteriores com o debate em torno da conservação da Mata Atlântica na região do Vale do Ribeira.

3. Metodologia

Basicamente, o trabalho foi desenvolvido a partir de uma metodologia que tem dados secundários e dados primários, sendo os secundários obtidos a partir de pesquisa bibliográfica e os primários optou-se por utilizar a metodologia de pesquisa participante, de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão; baseado na leitura de SILVA,2005 e ALFORJA/CEPIS,1988; a qual se descreve nas linhas seguintes.

Um dos problemas com que primeiro nos confronta quando nos obrigamos a conhecer uma dada realidade, é saber em que realmente consiste a realidade concreta.

A realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos os fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá na relação dialética entre objetividade e subjetividade. Pois, a realidade não se dá como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não pode reduzir os grupos populares a meros objetos da pesquisa.

Mas se a opção é libertadora, não se pode conhecer a realidade de que participa a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. Se interessar conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares estes grupos não podem ser meras incidências do estudo.

Dizer que a participação direta, a ingerência dos grupos populares no processo de pesquisa altera a “pureza” dos resultados implica na defesa da redução daqueles grupos a puros objetos da ação pesquisadora de que, em consequência, os únicos sujeitos são os pesquisadores profissionais. Na perspectiva libertadora, a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta. Quanto mais, em uma tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando, como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, tanto mais vão podendo superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos. Deste modo, fazendo pesquisa, o sujeito educa e é educado com os grupos populares.

Portanto, Sistematizar nessa ótica é realizar um processo coletivo de análise crítica das práticas desenvolvidas, a partir dos registros feitos ao longo construção de tais práticas. A sistematização possibilita chegar a uma maior consistência, tanto teórica, quanto metodológica, e, principalmente, a uma reorganização e ao redimensionamento da prática, enquanto ação transformadora da realidade.

Cronologicamente o desenvolvimento do trabalho parte de uma revisão bibliográfica sobre temas relacionados ao título como: a questão agrária, os camponeses e a política no Brasil, os desafios da reforma agrária, o desenvolvimento sustentável e insustentabilidade do modelo de desenvolvimento brasileiro, projeto de desenvolvimento sustentável e agroecologia; após a revisão bibliográfica foi realizado uma contextualização da onde o Assentamento se insere, partindo da região sudeste, o estado de São Paulo, o Vale do Ribeira, o Município de Apiaí-SP, até o pré assentamento Prof. Luiz D. Macedo.

Por fim, foi realizado um questionário no qual os resultados foram sistematizados, apresentados e referendados junto a uma assembléia no assentamento e feito as considerações finais do trabalho até o momento da pesquisa; pois a realidade dinâmica de ação e sistematização continua e será fruto de próximas pesquisas.

4.A insustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro

4.1.O desenvolvimento sustentável

A noção de Desenvolvimento sustentável tem se mostrado aparentemente indispensável nas discussões sobre política de desenvolvimento desde o final do século XX³.

Segundo DIEGES(1992) a idéia de desenvolvimento sustentável deriva do conceito de ecodesenvolvimento, proposto nos anos 1970 por Maurice Strong como alternativa a dicotomia “economia – ecologia”.

Segundo ROMEIRO(2008), este conceito de ecodesenvolvimento emerge de um contexto conciliador entre *“aqueles genericamente classificados de possibilistas culturais (ou “tecnocêntricos” radicais), para os quais os limites ambientais ao crescimento econômico são mais que relativos diante da capacidade inventiva da humanidade, sendo o processo de crescimento econômico uma força positiva capaz de eliminar por si só as disparidades sociais, com um custo ecológico tão inevitável quão irrelevante diante dos benefícios obtidos; e os chamados deterministas geográficos(ou “ecocêntricos” radicais), para os quais o meio ambiente apresenta limites absolutos ao crescimento econômico, sendo que a humanidade estaria próxima da catástrofe, mantidas as taxas observadas de expansão da extração de recursos naturais(esgotamento) e de utilização da capacidade de assimilação do meio(poluição).”*

Há um reconhecimento de que o progresso técnico traz impactos ambientais, embora não os resolve, e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente, para eliminação da pobreza e das disparidades sociais.

Assim, a posição da necessidade e da possibilidade de intervir no processo de desenvolvimento econômico e direcioná-lo de modo a conciliar eficiência econômica, desejabilidade social e prudência ecológica, passa a ter uma aceitação generalizada;

³ BRÜSEKE assinala que “o conceito de desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva. Tanto o Banco Mundial quanto a UNESCO e outras entidades internacionais adotaram-no para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Esse tripé virou fórmula mágica, que não falta em nenhuma solicitação de verbas para projetos de natureza mais variada no campo eco-sócio-econômico dos países e regiões do nosso “velho” terceiro mundo” BRÜSEKE,1995:35, citado por NETO,C.C;ANJOS,M.B; 2002.

embora as dificuldades desses posicionamentos é demonstrada não apenas nas incontáveis definições de desenvolvimento sustentável mas, essencialmente, nas diferenças de interpretação de uma mesma definição(ROMEIRO,2008).

Em 1987, a CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, adotou o conceito de Desenvolvimento Sustentável em seu relatório *Our Common Future* (Nosso futuro comum), também conhecido como Relatório Brundtland, aonde o desenvolvimento sustentável é definido como “*aquele que satisfaz as necessidades atuais sem sacrificar a habilidade do futuro de satisfazer as suas [próprias necessidades]*”(CMMAD,1988).

Embora, oficialmente e genericamente, se propõe a conciliar crescimento econômico, diminuição da pobreza e conservação da base de recursos naturais para as gerações futuras, o desenvolvimento sustentável é uma conceito em disputa (ACSELRAD, 1993).

ROMEIRO(2008), destaca que há duas correntes básicas de interpretação:

- Há uma visão pré-analítica⁴ no qual o “*sistema econômico não é limitado por restrições ambientais, podendo se expandir por tempo indeterminado.*”
- A primeira interpretação, segue a corrente neoclássica, aonde “*o sistema econômico é visto como suficientemente grande para que o meio ambiente torne uma restrição à sua expansão, mas apenas relativa, superável indefinidamente pelo progresso científico e tecnológico.*”
- A segunda interpretação vê o sistema econômico como “*um subsistema de um todo maior que o contém – o meio ambiente – e que impõe uma restrição absoluta à expansão dele. Capital e recursos naturais são essencialmente complementares. O progresso científico e tecnológico é fundamental para aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais em geral (renováveis e não renováveis). A longo prazo, os recursos naturais renováveis impõem os limites dentro dos quais o sistema econômico deve operar.*”

⁴ Schumpeter dizia que aquilo que não está contido na visão pré-analítica de determinado problema não pode ser capturado nas análises subseqüentes DALY(1996).

Dessas interpretações ainda se desenvolvem diversas outras interpretações críticas do uso do conceito de desenvolvimento na política da sociedade “moderna” como de MAZZETTO(2002).

Casado, Molina e Guzmán elaboram uma definição esclarecedora de *desenvolvimento* e sua articulação ideológica com duas outras noções fundamentais: *modernização* e *ocidentalização*.

“O desenvolvimento pode ser definido assim, como o crescimento econômico (incremento do Produto Nacional Bruto) acompanhado de uma mudança social e cultural (modernização) que tem lugar numa determinada sociedade (geralmente um estado-nação), como consequência das ações realizadas; significando uma estratégia de planejamento da mudança para melhorar ‘a qualidade de vida’ de sua população. E entendendo por modernização, um nome novo para um velho processo, a mudança sócio-cultural e política que as potências coloniais impunham a suas colônias: sua ocidentalização.” (Casado, Molina e Guzmán, 2000).

O desenvolvimento aparece então, segundo MAZZETTTO(2002), como uma típica solução moderna universal a ser fomentada/vendida aos países “subdesenvolvidos”. Para estes países, ele aparece como uma solução exótica, intensiva em capital e *know-how* (como fazer) externos, incrementadores e impulsionadores de nossa contemporânea e polêmica dívida externa, que condiciona hoje nossa inserção subordinada na economia internacional. Neste processo, os atores hegemônicos *“negam a capacidade do povo para modelar seu próprio conhecimento, e reproduzem formas de discurso que contribuem ao exercício da dominação social e cultural através das formas de representação.”* (Escobar, 1996).

Para Casado, Molina e Guzmán (2000: 138), *“o pensamento científico convencional, através do conceito de desenvolvimento definiu como ‘progresso’ para as zonas rurais sua homogeneização sócio-cultural e, com ela, a erosão do conhecimento local gerado mediante a interação homem/natureza em cada ecossistema específico”*.

4.2.O Modelo Agrícola Brasileiro

Desde os primórdios de nossa história, a degradação ambiental, associada às desigualdades sociais, está presente como elemento constitutivo do processo de desenvolvimento agrícola brasileiro.

Mas é a partir da década de 1960, intensificada na década de 70, que a crise socioambiental se intensifica sem precedentes, como resultado das rápidas e profundas transformações ocorridas na organização física, técnica e socioeconômica do espaço rural, promovidas com o objetivo de modernizar o setor agrícola, de forma a aumentar a oferta de alimentos e de produtos exportáveis, além de liberar recursos humanos e fornecer capital para o setor urbano-industrial, ALMEIDA et al(2001).

Do ponto de vista técnico, a estratégia modernizadora fundamentou-se no paradigma de desenvolvimento da chamada Revolução Verde. Nessa concepção, a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção foram orientados para a incorporação de “pacotes tecnológicos”, tidos como de aplicação universal e destinados a maximizar o rendimento dos cultivos em situações ecológicas profundamente distintas. Objetiva-se com isso elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos, proporcionando-lhes as condições ecológicas ideais, eliminando com agrotóxicos os competidores e predadores naturais e fornecendo os nutrientes necessários sob a forma de fertilizantes sintéticos. A lógica subjacente é o controle das condições naturais por meio da simplificação e da máxima artificialização do ambiente, de forma a adequá-lo ao genótipo, para que esse possa efetivar todo seu potencial de rendimento (SARADÓN,1996).

As exigências de consolidação e reprodução em larga escala do modelo determinaram uma drástica reestruturação dos setores de produção de insumos e de transformação industrial, das instituições e dos mecanismos de financiamento e crédito, dos circuitos da comercialização e da estrutura dos mercados. Mudanças adaptativas atingiram igualmente as instituições de ensino agrônomo e técnico, com vistas à formação de pesquisadores, *experts*, extensionistas e outros profissionais segundo a filosofia da Revolução Verde. Além disso, o Estado definiu um amplo e complexo conjunto de instrumentos de intervenção – leis, regulamentos, programas e instituições – que passou a favorecer a expansão e a consolidação do processo modernizador no terreno técnico-ciêntífico e a regular as relações sociais e os conflitos resultantes das mudanças na organização social e técnica da produção agrícola (ALMEIDA,1993).

A tendência à homogeneização das práticas produtivas, à simplificação e à artificialização extremada do meio natural, induzida pelos padrões produtivos da Revolução Verde acarretaram impactos ambientais que se irradiaram a todos os ecossistemas do país: degradação dos solos agrícolas; comprometimento da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos; devastação de florestas e campos nativos; empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais, e contaminação de alimentos consumidos pela população ALMEIDA et al(2001).

O mesmo processo que promoveu a modernização da agricultura, com seus efeitos ambientais predatórios, engendrou, de forma igual, a fragmentação e a decomposição social e econômica da pequena agricultura familiar. Segundo FAO-IN CRA(1995) estima-se que dos 6,5 milhões de explorações agrícolas familiares existentes no Brasil, cinco milhões estejam confrontados com um situação precária ou de total marginalidade.

Limitados no acesso à terra e ou degradados, empurrados para ecossistemas extremamente frágeis e, além disso, excluídos dos benefícios das políticas públicas, os pequenos produtores se vêem cada vez mais reduzidos a estruturas inviáveis e a condições de produção adversas, nas quais as estratégias de sobrevivência acabam por conduzir à completa exaustão dos recursos naturais disponíveis e, por fim, à perda da condição de produtores, ALMEIDA et al(2001).

Após quatro décadas do início do processo modernizante na agricultura, há que se fazer uma revisão crítica do grau de alcance das metas programadas para esse setor e de seus custos no contexto do desenvolvimento brasileiro.

Assim o Brasil fecha o século XX com indicadores sociais tão negativos, que o colocam entre os piores do mundo nesse setor. Pesquisa do IPEA - Instituto de Economia Aplicada, 2007 - mostrou que em 2006 havia no país cerca de 21,7 milhões de pessoas em extrema condição de pobreza⁵, sendo que aproximadamente 9 milhões de pessoas das quais em áreas rurais.

No meio ambiente os efeitos não são menos alarmantes. Diversos ecossistemas se degradam com perdas incomensuráveis nos recursos pedológicos, bióticos e hídricos.

⁵ Segundo IPEA, considera-se extrema pobreza os indivíduos que vivem com renda domiciliar per capita inferior a ¼ de salário mínimo.

5.Resultados e discussões

Com o objetivo de averiguar as condições atuais do pré-assentamento, foi realizado um questionário com os coordenadores dos 09 núcleos pertencentes ao pré-assentamento e que representam 60 famílias, onde foi representado nos seguintes gráficos e as tabelas a seguir:

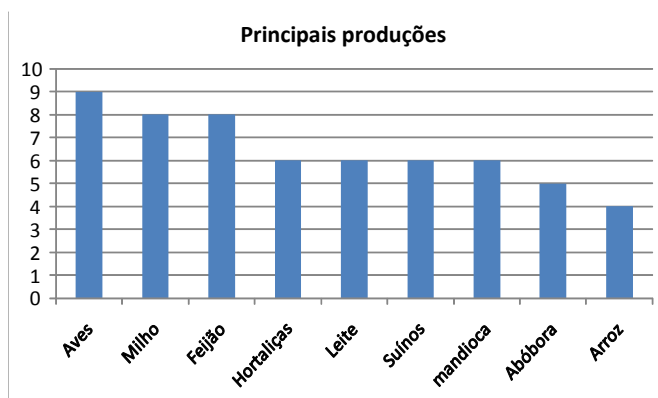


Gráfico 1. Produção do assentamento – fonte: questionário de campo.

Segundo gráfico 1, mesmo em situação de pré-assentamento, ou seja, fase em que o imóvel fora somente decretado para desapropriação, sem acesso aos principais créditos para fortalecimento da produção agrícola e infraestrutura, houve produção agrícola nos dois primeiros anos do assentamento, onde se destaca principalmente a produção de alimentos principalmente para subsistência (milho, feijão, arroz, leite e galinhas), porém apesar de não ter sido incluído no questionário, houve uma pequena comercialização do excedente da produção para os bairros próximos ao assentamento e nos mercados do centro da cidade de Apiaí.

TABELA 1. Insumos utilizados - fonte: questionário de campo.

Nome do Núcleo	Insumo utilizado
Ana Primavesi	Sementes, composto para bandeja de hortaliças e calcário.
Oziel Alves	Esterco, produzido pelo próprio.
Chico Mendes	Sementes e esterco.
São José	Composto e sementes.
Aruana	Sementes, calcário(muito aquém do necessário) e esterco de vaca.
Carlos Lamarka	Sementes e esterco de galinha de produção própria.

Tupac Amaru	Sementes, calcário, materiais para produção da calda bordaleza.
Renascer	Sementes
Broto da Terra	Calcário, esterco(auto-produção), materiais para produção de calda bordaleza e biofertilizante.

Segundo tabela 1, quanto à utilização de insumos, pode ser verificado que houve pouca utilização de insumos, se destacando a utilização de sementes e esterco de auto-produção, o que indica que não há caracterização de utilização de insumos da Revolução Verde; o que é previsto como condição para um PDS, porém há uma grande motivação por parte dos técnicos atuantes no assentamento, de alternativas agroecológicas de produção para superação das dificuldades financeiras e principalmente de condição de solo.

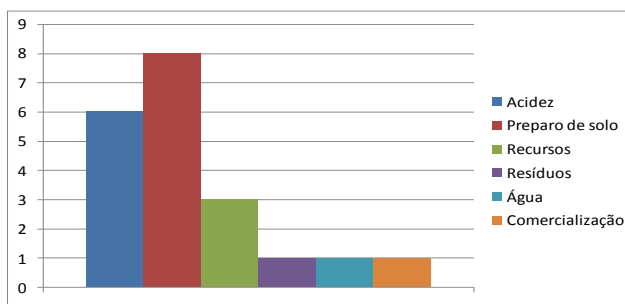


Gráfico 2. Das limitações na produção agrícola - fonte: questionário de campo.

Segundo gráfico 2, a principal limitação foi a excessiva acidez do solo identificada na maioria (06 de 09 núcleos) das áreas de produção, o que pode ser devido a uma falta de amostragem de análise de solo e falta de recursos para devida correção da acidez.

Outro ponto destacado foi a falta de preparo do solo para implantação de grãos (feijão, milho e arroz), onde nessa última safra o INCRA havia contratado os serviços da prefeitura de Apiaí e esta não conseguiu cumprir o contrato seja em área preparada e época de preparação.

Tabela 2 – Conservação do solo- fonte: questionário de campo.

Nome do núcleo	Técnica utilizada
Ana Primavesi	Plantio em nível
Oziel Alves	Adubação verde
Chico Mendes	Adubação verde
São José	Plantio em nível
Aruana	Não foi utilizado.
Carlos Lamarka	Cobertura do solo e adubação verde.
Tupac Amaru	Adubação verde
Renascer	Não foi utilizado, mas pretende fazer curva de nível.
Broto da Terra	Adubação verde

Verifica-se que há preocupação com a conservação do solo, porém ainda se apresenta insuficiente, vide o relevo acidentado que a maioria das áreas apresenta.

Destaca-se a adubação verde como principal técnica para conservação do solo e o plantio em nível; porém seria necessário por parte do Estado (prefeitura e ou INCRA) a realização de curvas de nível, terraceamento, bacias de contenção, nas áreas mais críticas e principalmente nas estradas do PDS, para contenção das erosões.

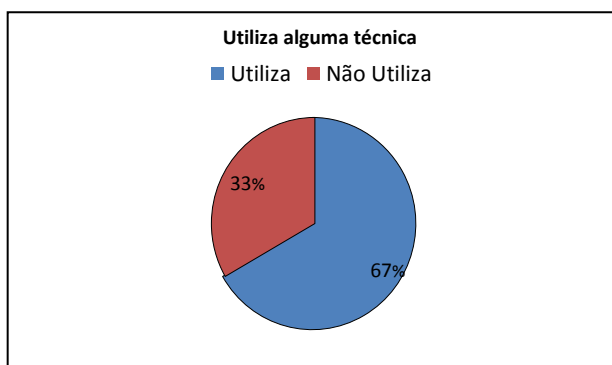


Gráfico 3. Sobre a utilização de técnicas alternativas de produção - fonte: questionário de campo.

Segundo gráfico 3, apesar da limitação da produção agrícola, os núcleos já utilizam algumas técnicas de produção agroecológica, destacando-se técnicas para melhoria do solo como: compostagem, minhocário e adubação verde; técnicas de tratamento ecológico fitossanitário (defensivos naturais – caldas, biofertilizantes e infusões de plantas); e técnicas de otimização do espaço e sinergia entre plantas (consórcio de plantas).

Problemas gerais

Dentre os principais problemas se destacam dificuldades na área organizativa, pelo fato de ter havido deslocamento das famílias para os lotes, distanciando espacialmente e socialmente das famílias, dificultando a comunicação; o que reflete na diminuição na participação das decisões pelas famílias em espaços coletivos (assembléias, reuniões nos núcleos de base e reuniões da coordenação dos núcleos).

Outros problemas em destaque são problemas de infraestrutura como: estradas e água. A estrada se destaca como principal problema, pois dificulta qualquer deslocamento das famílias dentro do PDS; dificultando escoamento da produção, participação em atividades, comunicação entre as famílias, cooperação entre as famílias etc.

6.Considerações Finais

Analisando em linhas gerais o PDS Prof. Luiz D. Macedo, pode se verificar que este cumpre os fundamentos básicos previstos na portaria do PDS, apontando para novos tipos de assentamentos de Reforma Agrária, se opondo ao paradigma da revolução verde, buscando o desenvolvimento sustentável e podendo ser considerado um assentamento caminha rumo à Agroecologia.

É evidente que passa por dificuldades organizativas das famílias e também por dificuldades de garantir a reprodução social das famílias, porém pode ser um referencial para implantação de outros PDS e principalmente outros localizados na região do Vale do Ribeira.

Portanto, tendo em vista o debate teórico realizado, em confronto com as condições efetivas encontradas no assentamento, consideramos os seguintes elementos como essenciais para um PDS sustentável seja econômico, social e ambiental:

O INCRA, Secretaria de Meio Ambiente e Prefeitura Municipal devem priorizar o Licenciamento Ambiental⁶, garantindo assim a rápida instalação da infraestrutura básica (reforma das estradas, captação de água para todas as famílias, implantação de moradia e saneamento básico) logo no início da implantação do assentamento.

O INCRA deve se comprometer a garantir uma Assistência Técnica, que seja capacitada tecnicamente para dar resposta às necessidades do PDS, ou seja, uma ATES Agroecológica, que oriente os assentados no planejamento da produção, na organização

⁶ Ao responder os questionários, os assentados não estava cientes que grande parte do impasse da implantação do Assentamento estava na restrição legal do Licenciamento Ambiental.

coletiva e na utilização de técnicas Agroecológicas de produção que consigam dar resposta econômica e principalmente que garantam a soberania alimentar. Quando houver problemas de muita acidez dos solos, como a situação deste estudo de caso, o INCRA, deve realizar junto a instituições de pesquisa, um estudo de viabilidade de culturas para o assentamento e parte das áreas fazer a racional correção do solo para que assim garanta a diversidade da produção de mercadorias e produtos para auto-consumo.

O poder público Estadual (Governo Estadual e suas estruturas) e Federal (Ministério de Desenvolvimento Agrário e suas estruturas) devem assegurar políticas públicas territoriais, para dinamizar a produção e circulação de alimentos na região do Vale do Ribeira, sendo que para tal a Prefeitura municipal deve implantar infraestrutura para beneficiamento da produção dos assentados e da agricultura familiar e assumir a Aquisição de Alimentos para suas estruturas públicas (hospitais, escolas, quartéis, restaurantes populares, etc.) da Agricultura Familiar fortalecendo assim a produção e circulação de alimentos.

As organizações de luta dos trabalhadores devem contribuir na organização das famílias, seja na nucleação, seja na elaboração e exigências de pautas de reivindicação junto ao poder público.

Os assentados devem se manter organizados mesmo após o período de acampamento, de forma que mantenha a nucleação das famílias, o fluxo de informações e as decisões coletivas.

Os assentados, as organizações de luta e o INCRA, devem planejar a constituição dos lotes de moradia e de produção, de forma que priorize a aproximação ao máximo das famílias, facilitando assim a organicidade interna, a facilidade da ATES e melhoria de Infraestrutura.

Por fim, podem-se constituir assentamentos sustentáveis desde que todos os atores envolvidos, poder público federal e estadual, organização de luta dos trabalhadores e os próprios assentados; se preocupem com questões que são os “gargalos” como: a organização dos assentados, as condições básicas de infraestrutura e a ATES capacitada e direcionada para desenvolvimento Agroecológico do assentamento.

7. Referências

ACSELRAD, H. *Desenvolvimento Sustentável: a Luta por um Conceito*. In: Revista Proposta, Rio de Janeiro: FASE, n.56, 1993. p.5-8.

ALFORJA/CEPIS. *Forjando um novo consciente* – texto de apoio nº 14. Setembro,1987

ALMEIDA,S.G.;PETERSEN,P;CORDEIRO.A.*Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*.1º Ed. – Rio de Janeiro:ASPTA,2001.122p.

ALMEIDA,S.G.,*A ECO 92 mudou os rumos da agricultura?*.In: Alternativas: Cadernos de agroecologia. Rio de Janeiro, AS-PTA, p. 3-7,1993.

CASADO, Gloria I. G., MOLINA, Manuel G., GUZMÁN, Eduardo S. *Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible*. Madrid: Ed. Mundi-Prensa, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*.FGV, Rio de Janeiro,1988.

DALY,H. *Beyond growth*. The economics of sustainable development. Boston, Beacon Press,1996.

DIEGES,A.C.S. *Desenvolvimento Sustentável ou sociedades sustentáveis* – da crítica dos modelos aos novos paradigmas. Disponível em: http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf. acesso em 07/06/09.

ESCOBAR, Arturo. *La invencion del Tercer Mundo: construcción e deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1996

FAO/INCRA.*Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*.24p. (Resumo do relatório final do projeto UTF/BRA / 036 –segunda versão). Brasília,1995.

Democracia, educação, trabalho, previdência, desigualdade de renda e pobreza. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/Primeiras_Analises2_%20pobreza.pdf. Acessado em 02 de fevereiro de 2009.2007.

MAZZETTO,C.E.S. *Conhecimento local e sustentabilidade: lugares e saberes das ruralidades não-modernas dos cerrados*.mimeografado.Belo horizonte,2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Mata Atlântica – PPG7*.disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/mataatla/menu.html.2007>>. Acesso em: 23/04/2007.

NETO,C.C;ANJOS,M.B. *Referenciais teóricos-metodológicos para a caracterização de assentamentos rurais sustentáveis no Brasil*.In: MOREIRA,R.J;COSTA,L.F.C(org); *Mundo Rural e cultura*.Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ROMEIRO,A. *Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares*.disponível em: www.uff.br/cpgeconomia/v1n1/ademar.pdf. acessado em: 21/01/2008.

SARADÓN, S.*Impacto ambiental de la agricultura; el enfoque agroecológico como necesidad para el logro de una agricultura sostenible*.In: *Sistemas Agrícolas Sustentables*.Santiago, CLADES/ Facultad de Ciências Agrícolas Universidad Central de Equador,1996.

SILVA,A.F.G.*A busca do tema gerador na práxis da educação popular*.Curitiba: Ed gráfica popular:CEFURIA, 2005.

SILVA,J.G. *Com fome não haverá futuro sustentável*. Disponível: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/com-fome-nao-havera-um-futuro-sustentavel-jose-graziano-da-silva>. acessado em: 22/05/2010.